



A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O PROCESSO ORGANIZATIVO DESENVOLVIDO PELAS AGRICULTORAS NO TERRITÓRIO DO SÃO PAULO DO POTENGI/RN

Geovana Reis Silva¹
Aline Rodrigues da Silva²
Rosângela Alves de Oliveira³
Márcia Josiene Monteiro Chacon⁴

RESUMO:

O aumento do desemprego induz o avanço das desigualdades. No Brasil, dentre as políticas governamentais, a Economia Solidária surge como importante opção de geração de trabalho. A ES fomenta o desenvolvimento socioeconômico nas comunidades. Nesse processo, as mulheres tem um papel singular. Assim, o artigo analisa o processo organizativo das mulheres no Projeto 1ª Grande Feira das Mulheres Produtoras do Território Rural do Potengi (RN), mapeando as mudanças deste processo no cotidiano das mulheres. Realizaram-se visitas, reuniões e feiras. Como resultado, estima-se que a ES impulse a geração de renda e auxilie no processo cooperativo das envolvidas no projeto.

PALAVRAS-CHAVES: economia solidária, processo organizativo, agricultura familiar.

ABSTRAT:

The rise in the unemployment rate induces an advance in social inequality. In Brazil, among the various government policies, the Solidarity Economy is an important strategy aimed at employment generating. Therefore, the solidarity economy promotes socio-economic development in disadvantaged communities. In the solidarity process, the female labor plays a strategic role in generating family income. This work, based in field collected dates (fair and meetings activities), analyzes the women organizing process adopted in "Projeto: 1ª Grande Feira das Mulheres Produtoras do Território Rural do Potengi (RN)" and evaluates the possible social changes on a day-to-day workers. Preliminary results show that the solidarity economy impacts positively on income generation and encourages the cooperative process between project participants.

KEY WORDS: solidarity economy, organizational process, family farm

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: geonanarsilva@hotmail.com.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

³ Doutora. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).E-mail: rosalvesber@yahoo.com.br.

⁴ Mestre. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).



1 INTRODUÇÃO

A economia solidária tem se tornado uma ferramenta fomentadora do desenvolvimento local bem como, uma estratégia de desenvolvimento humano. A economia solidária é aqui entendida como “o conjunto de atividades econômicas – produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob forma de autogestão”. (MTE-SENAES, 2006, p. 11), ou seja, é uma forma diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. SINGER assevera que a economia solidária é um “modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado pelos que se encontram marginalizados do mercado de trabalho” (SINGER, 2003, p. 13).

O desemprego proporcionado pela crise do capitalismo e o aprofundamento das desigualdades sociais atingem uma parcela considerável de trabalhadores e trabalhadoras. O processo de reestruturação produtiva amplificou esta desigualdade, tendo em vista as mudanças ocorridas orientados, pelo sistema taylorista que visavam à racionalização extrema da produção e, conseqüentemente, à maximização da produção e do lucro. Segundo MOTA e MARAL (2000, p. 35), os reflexos disso no Brasil foram: a redução de postos de trabalho, o desemprego dos trabalhadores no núcleo organizado da economia e a sua transformação em trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem carteira assinada, desempregados abertos, desempregados ocultos por trabalho precários, desalentos, etc.

Tudo isso, assinala as condições de precariedade pelas quais passavam e, ainda hoje, passam os trabalhadores. Percebe-se então que esta forma de produzir não é a mais adequada, tendo vista de que não leva em consideração a qualidade de vida dos trabalhadores e da sua família, ou seja, não atende a um padrão de desenvolvimento amplo, de produção justa que atenda as suas necessidades de forma sustentável. Assim é pertinente trazer o conceito de desenvolvimento sustentável e solidário que orienta esse trabalho como sendo:

Um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma. (SINGER, 2004, p.1).

Esta perspectiva de desenvolvimento exige um processo de transformação das



relações sociais, culturais e produtivas. Tem seu chão no território, contudo, foge da lógica que orientou o desenvolvimento local (comunidade) implementada no Brasil e na América Latina na década de 1970. Nela, o mercado globalizado é o grande promotor do desenvolvimento. É ele quem define as áreas e elege prioridades. A lógica é sempre combinar a potencialidade local com os interesses do grande capital.

O desenvolvimento territorial dialoga com a Economia Solidária porque fortalece a base econômica local e as potencialidades endógenas. Isto faz criar novas oportunidades capazes de gerar excedentes aumentando o conhecimento e poder de renda da população envolvida. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento territorial solidário potencializa um processo de democratização do poder. Visto que, a população precisa estar informada e mobilizada para poder participar do seu plano de desenvolvimento. Este processo exige que se faça o controle social das políticas públicas, o que pode acarretar um processo de democratização do Estado.

O processo organizativo coletivo da economia solidária vem transformar o papel das mulheres na sociedade, bem como a identidade a elas relacionada. (CULTI, 2000). Neste sentido, vem contribuir para a imagem da mulher enquanto propulsora de ações autônomas e ao mesmo tempo “com os movimentos sociais feministas que tem como horizonte a igualdade, a autonomia das mulheres e a superação no que se relaciona ao poder dos homens sobre as mulheres”

(GUÉRIN, 2003). Isso evidencia a determinação das mulheres no mundo do trabalho, são capazes de enfrentar situações difíceis e resolver problemas e, se estiverem em grupo, esta força fica mais condensada.

Para RAMOS (2012), a participação das mulheres rurais em grupos de produção, organizações e movimentos de mulheres têm suscitado novos processos e reflexões sobre sua própria situação e aquilo que se passa em torno delas. Elas atuam na política, nos sindicatos, nas cooperativas, nas associações, bem como em todo processo produtivo, contribuindo consideravelmente no desenvolvimento socioeconômico.

A participação feminina na economia solidária é relevante. Segundo o MTE, as mulheres são maioria nos pequenos empreendimentos solidários, segundo o Atlas da Economia Solidária, quanto menor o porte do empreendimento, maior é a participação relativa das mulheres. Elas encontraram um campo fecundo para o enfrentamento da exclusão do trabalho, do preconceito, da exploração e da dominação de gênero, entretanto, no geral, segundo pesquisa realizada pela SENAES, os homens têm uma participação superior a das mulheres, numa proporção de 64% para os homens e 36% para as mulheres.



Singer (2009) questiona esses dados, pois segundo ele, a atuação da mulher no campo é “escondida”, na hora de prestar as informações, aparece o homem como chefe de família, falando pela família inteira. Então, provavelmente o número de mulheres que trabalham e produzem é muito maior.

2 PROCESSO ORGANIZATIVO DO COLETIVO DE MULHERES AGRICULTORAS FAMILIARES DO POTENGI/RN

Neste contexto, um exemplo a ser citado é a mobilização das mulheres do Território de Cidadania do Potengi, localizado no Rio Grande do Norte, projeto denominado 1ª Feira Feminista da Economia Solidária do Território do Potengi. Fazem parte desta mobilização mulheres de

Grupos Produtivos de 11 municípios⁵ desta região. Este projeto é organizado pela FETRAF/RN com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários – INICIES/UFRN. O objetivo do projeto é apoiar a preparação e a realização da I Grande Feira das Mulheres Produtoras do Território Rural do Potengi, promovendo a igualdade de gênero, a qualificação e formalização da organização produtiva da mulher rural e sua contribuição ao desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar.

Nesta perspectiva, constitui-se o Coletivo de Mulheres Agricultoras Familiares do Potengi – CMAFP⁶. O objetivo do CMAFP, além de sedimentar o grupo através do processo organizativo, potencializar o cultivo, a comercialização e/ou escoamento da produção agrícola, bem como artesanatos e produtos já beneficiados (doces de frutas, compotas).

Para viabilizar a realização dos objetivos propostos foram criadas ações que pudessem dá conta do processo de formação e auto-organização, que possibilitassem, de forma articulada, a mobilização e capacitação destas mulheres, bem como, incentivar melhorias nos processos de produção e comercialização e, finalmente, a implantação da Cooperativa das Mulheres Produtoras do Território Rural do Potengi. Estas ações são desenvolvidas tendo em vista, a convivência com a realidade presente no semiárido nordestino, a igualdade de gênero, agricultura familiar agroecológica e na economia

⁵ São Paulo do Potengi, Lagoa de Velhos, Santa Maria, Ielmo Marinho, Riachuelo, São Tomé, São Pedro, Rui Barbosa, Barcelona, Bom Jesus e Senador Elói de Souza.

⁶ CMAFP que é um grupo constituído por mulheres agricultoras familiares do território do Potengi no Rio Grande do Norte, surgiu de uma iniciativa da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura Familiar (FETRAF/RN).



solidária.

O projeto já passou pelas seguintes etapas: apresentação do projeto as comunidades, sensibilização e levantamento do perfil das comunidades, identificação dos materiais produzidos nas comunidades da região, possibilitou que a FETRAF, com os dados coletados, inventariasse e em seguida, diagnosticasse os produtos e atividades desenvolvidas no Território de Cidadania do Potengi. O processo de capacitação dos atores envolvidos é contínuo, contudo, como todo processo organizativo é delicado e processual, este projeto encaminha com grandes avanços, mas também, com retrocessos, peculiares a todo processo com este formato.

No diagnóstico realizado, constatou-se a presença dos seguintes itens para produzir e comercializar: produtos agrícolas (alface, tomate-cereja, pimentão, coentro, brócolis), plantas ornamentais e medicinais, a produção de artesanatos (barro, crochê, palha, tecido, sandálias, imantados, luminárias, dentre outros) e comidas regionais, além disso, facilitar o escoamento (venda) destes produtos, através de feiras livres. Estas feiras são programas para acontecerem quinzenalmente, nos municípios considerados pólos da região (São Paulo do Potengi, São Tomé e Bom Jesus).

2.1 Políticas Públicas, parcerias e participação popular no processo organizativo

Com incentivo do Governo Federal, foram implementadas políticas públicas voltadas para o campo. O Governo Federal através Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA lançou em 2008, o Programa Territórios da Cidadania, tendo como objetivo a superação da pobreza no meio rural por meio do desenvolvimento equilibrado dos territórios rurais, da melhoria de qualidade de vida e da garantia de direitos e cidadania, entre outras ações (Revista Sebrae Agronegócios, 2008).

Foram investidos, segundo o então secretário do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Humberto Oliveira, “no primeiro ano, R\$ 11,3 bilhões em 958 municípios de todas as 27 unidades da Federação. Serão 60 territórios, onde vivem 24 milhões de brasileiros, sendo 7,8 milhões no campo”. Programas como este viabilizam economicamente a realização de processos organizativos no meio rural, como é o caso do projeto coordenado pela FETRAF/RN.

A Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – FETRAF-BRASIL, teve início na Região Sul, com a Federação dos Trabalhadores



na Agricultura no Estado de Santa Catarina - FETRAFESC/CUT em 1997, mas foi em 2001 com a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF-Sul (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina) que o processo sindical firmou espaço. Com o objetivo de fortalecer as propriedades familiares, assentamentos da Reforma Agrária e empreendimentos sustentáveis e solidários.

A FETRAF/RN tem um papel de fundamental importância neste processo organizativo, além de ser a instituição idealizadora do projeto, é coordenadora das ações, além de facilitar a comunicação, as reuniões, deslocamentos, toda a logística para a realização das feiras, que vai desde a articulação com as autoridades locais, a divulgação e montagem das feiras. Desta forma, a FETRAF, juntamente com os parceiros, contribui para a perspectiva de futura autonomia nas atividades deste Coletivo de Mulheres.

O papel da universidade, como facilitadora do conhecimento, é promover oportunidades que contemplem a esfera de ensino, pesquisa e extensão, buscando soluções de problemas que envolvam a sociedade, possibilitando aos alunos/bolsistas desenvolverem ações que lhes permitam externalizar o aprendizado em sala de aula.

Neste sentido, o papel do Programa de Extensão da Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Solidários – INICIES é desenvolver ações para o desenvolvimento da ES tanto na academia, como no estado do RN, por meio da formação de trabalhadores, estudantes, profissionais e professores para a organização autogestionária, da incubação de Empreendimentos de Economia Solidária - EES, do fomento e apoio à construção de redes e arranjos econômicos, culturais e políticos bem como o desenvolvimento de pesquisas na universidade.

2.2 Ações formativas realizadas pelo projeto

As ações desenvolvidas foram de fundamental importância, para o processo formativo do grupo. Dentre elas destacam-se:

a) Seminário de Sensibilização: ocorreu em abril de 2012, no município de São Paulo do Pontegi–RN e teve como objetivos: Apresentar ao território o Projeto; eleger o grupo gestor do projeto; Sensibilizar e comprometer entidades através de parcerias em torno do projeto; Apresentar e complementar diagnóstico inicial dos Grupos Produtivos de Mulheres do território. Participaram aproximadamente 200 pessoas, entre mulheres dos grupos produtivos, integrantes do colegiado do território, lideranças sindicais da região, representantes do MDA e parceiros como a INICIES (Incubadora de Iniciativas e



Empreendimentos Solidários).

b) Seminários de Formação: O primeiro seminário de formação teve com tema Agroecologia: Princípios e práticas para o desenvolvimento de agriculturas sustentáveis. Contou com a participação 23 mulheres, ocorreu em novembro 2012, em São Paulo do Potengi. Teve como objetivo trazer aspectos teóricos e práticos da agroecologia e como operacionalizar estas técnicas na região. O segundo, teve como objetivo a Formação de Lideranças e Associativismo, ambos ministrados pelo SEBRAE.

c) Intercâmbios de Experiências: ao longo do projeto foram realizados 4 Intercâmbios de Experiências do Coletivo de Mulheres Agricultoras Familiares do Potengi, com outras experiências exitosas. As experiências foram: Feira de livre de São Tomé e Bom Jesus; Feira Agroecológica em João Pessoa/PB, Banco Solidário em São Miguel do Gostoso/RN; e o quarto intercâmbio na região do Apodi com três experiências: 1) Cooperativa de Crédito; 2) Cooperativa de Comercialização; e 3) a experiência da produção de um grupo familiar.

2.3 Realização das feiras livres e reuniões de gestão

As feiras estão previstas para acontecerem a cada 15 dias, em cada um dos três municípios considerados pólos da região: São Paulo do Potengi, São Tomé e Bom Jesus. A cada 15 dias intercalam reuniões de gestão com o objetivo de resolver possíveis equívocos do processo organizativos e de logística.

3. RESULTADOS PRELIMINARES

3.1 Resultados qualitativos:

Os resultados qualitativos identificados através do projeto foram mudanças expressivas na vida das mulheres que participam do projeto:

a) Mudanças culturais: o enfretamento da submissão das mulheres em relação aos maridos, traço peculiar na região nordeste, sobretudo no Rio Grande do Norte, onde as mulheres agricultoras na sua grande maioria ficam em casa para atender as necessidades da família;

b) Mudanças econômicas: ter renda própria, já que com a participação nas feiras, na exposição e venda dos produtos, elas também contribuem com a renda da família e desta forma podem decidir em que usar o dinheiro;

c) Mudanças sociais: percepção na mudança do processo de sociabilização



entre elas e delas com o meio social, e também o aumento da auto-estima, comprovado através do depoimento de várias delas nos encontros promovidos pela FETRAF.

d) Mudanças políticas: o envolvimento das mulheres no espaço de luta sindical. O reconhecimento da FETRAF como órgão de classe importante na melhoria da qualidade de vida e na vida cotidiana.

3.2 Resultados quantitativos:

Como resultados quantificados pode-se perceber a participação nos cursos de formação e treinamento uma média de 25 pessoas. Participação esta, considerada boa, tendo em vista a dificuldade de deslocamento das mulheres. Nos processos de intercâmbios a participação é maior. Ficou em torno de 40 mulheres por tratar-se de uma atividade externa com finalidade de aprendizagem, mas também lúdica envolvendo lazer. Nas feiras, o projeto tem contado com a participação de uma média de 15 mulheres agricultoras e artesãs.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A execução deste projeto é de importância para a conscientização destas mulheres no sentido de serem elas autoras do seu próprio desenvolvimento de cidadania. O apoio tem fornecido estímulo para que elas possam acreditar que o seu trabalho pode ser muito gratificante socioeconomicamente, realizado de forma coletiva pode mudar a realidade que elas enfrentam no dia a dia.

Com o andamento das ações percebe-se que o grupo fica cada vez mais unido e disposto a enfrentar as dificuldades e os desafios que aparecerem, as mulheres estão cada vez mais participativas e entrosadas. Além disso, vai se criando mais confiança e perseverança, este projeto tem proporcionado um sentimento positivo para que as futuras ações possam ser cada vez mais produtivas. As experiências vão se tornando cada vez mais proveitosas, fortalecendo este coletivo de mulheres, através do conhecimento e da troca de experiências com outros grupos produtivos.

Contudo, no processo organizativo constata-se dificuldades nas reuniões de formação e gestão, principalmente em estarem todas presentes nesses encontros:

- Deslocamento das mulheres: as feiras geralmente acontecem fora do município/comunidade onde as famílias residem, isso dificulta o comparecimento nas atividades; - Na auto-gestão: desvinculação da entidade fomentadora (FETRAF), percebe-



se ainda grande dependência das agricultoras em relação a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte.

REFERÊNCIAS

Conferência Nacional de Economia Solidária 1., junho, 2006. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/conferencia-nacional-de-economia-solidaria/>. Acessado em mar. 2013.

CULTI, Maria Nezilda. **SÓCIOS DO SUOR: Cooperativas de Trabalho**. In: O Mundo do Trabalho e a Política. Maringá: EDUEM, 2000

CULTI, Maria Nezilda. **Mulheres na Economia Solidária: Desafios Sociais e Políticos**. Disponível em: <http://www.unitrabalho.uem.br/artigos/Texto%20Mulheres%20e%20Economia%20Solid%20ria.pdf> > Acessado em 15 de mar. 2013

Entrevista com Paul Singer: **A força da Mulher na Economia Solidária ao Instituto Consulado da Mulher** em 24 de Setembro de 2009. Disponível em: <<http://consuladodamulher.org.br/entrevista-com-paul-singer-a-forca-da-mulher-na-economia-solidaria/>> Acessado em 18 de mar. 2013

FRANCISCO e CERQUEIRA, Wagner de. **Taylorismo e Fordismo**. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/geografia/taylorismo-fordismo.htm>> Acesso em 22 de mar. 2013.

MOTA, A. E. e AMARAL, A. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social**. In: MOTA, A. E. A nova fábrica de consensos. São Paulo, Cortez, 2000.

Mulheres são maioria nos pequenos empreendimentos solidários. Disponível em: <http://www.fbcs.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1905&Itemid=1> Acessado em 10 de mar. 2013.

OLIVEIRA, Rosângela Alves de. **Universidade e economia solidária: um diálogo necessário**. Natal, RN: EDUFRRN, 2012.

OLIVEIRA, Humberto. Territórios da Cidadania é aposta do Governo brasileiro para superar pobreza no meio rural; entrevista. [abril, 2008]. Brasília: Revista Sebrae Agronegócios N° 8 – Abril de 2008.

RAMOS, Crystiane Pontes. Mulheres rurais atuando no fortalecimento da agricultura familiar local. Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação para a Diversidade da Universidade Federal de Ouro Preto, MG 2012;

SINGER, Paul & SOUZA, André R. de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Economia Solidária: um modo de produção e distribuição**. In: Singer, P & Souza, A.R. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.